

**INTERVENÇÃO DE ALEXANDRE BANHOS PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO
GALEGA DA LÍNGUA (AGAL), NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA O DIA 7
DE ABRIL DE 2008**

INTRODUÇÃO

Ex.^{mos} Srs. Vice-Presidente e Presidente da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura, prezados intervenientes neste encontro sobre o Acordo Ortográfico. Senhores membros desta nobre Câmara.

Quero em primeiro lugar agradecer o convite da Comissão Parlamentar da Assembleia da República Portuguesa, que nos permite apresentar brevemente a posição galega sobre um tema tão importante para a Galiza e para a lusofonia como é a escrita da nossa língua comum desde a nossa diversidade de sotaques e falas. Intervenho neste encontro não só em nome da AGAL, a que presido, mas de todas as entidades lusófonas galegas que, reunidas para tratar esta questão, acordámos manter uma posição comum a respeito do Acordo Ortográfico e a situação da língua na Galiza.

É a seguinte:

Ex.^{mos} senhores:

1. Em 1958 o professor Rodrigues Lapa, que na altura se encontrava exilado no Brasil, encaminhava carta para o seu amigo galego Fernandes del Riego em que consta o seguinte parágrafo:

"A inesperada visita que tive ontem de um professor galego, Guerra da Cal, residente nos E.U., tornou forçosa esta carta de hoje. Que rapaz admirável: belo tipo físico, sentimento transbordante de galeguidade. Veio aqui para fundar na sua Universidade um Instituto de Estudos Brasileiros. Falámos em vocês, Castelão, Otero Pedrayo, Ramón Pinheiro, tudo veio à baila, política, literatura, ortografia. Pensa ele, e muito bem, que devíamos fazer uma reunião entre portugueses, brasileiros e galegos para lançar as bases de uma reforma ortográfica¹".

Quer dizer, há 50 anos dous vultos como Lapa e Da Cal sonhavam com um instante como o que propicia este Acordo Ortográfico; e ambos concordavam em que seria ótima a presença da Galiza.

Em 1963, na sequência do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros realizado em Coimbra, Ernesto Guerra da Cal defendeu conjuntamente com o português Alberto Machado da Rosa (na altura professor na Universidade de Winsconsin), e os brasileiros Celso Cunha e Pedro Calmon (este último era Reitor de uma Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro) uma proposta que propunha a constituição de um "Centro de Documentação e Informação da Língua Portuguesa Contemporânea". Segundo consta nas *Actas* desse acontecimento, editadas pela Universidade de Coimbra em 1965, a proposição foi aprovada, mas resultou muito polémica e provocou numerosas

¹Informação publicada na revista científica AGÁLIA da Associação a que presido, números 71/72 páginas 248 e seguintes

intervenções, entre as quais a de Celso Cunha, que insistiu na "necessidade de simplificações ortográficas que permitam uma uniformização ortográfica que, sem prejuízo de ocasionais diferenças fonéticas (unidade na diversidade), apresente uma grafia única do português de Portugal e do Brasil".

É, pois, outro instante marcante em que participou Guerra da Cal, a ver com a questão da uniformização ortográfica.

Ernesto Guerra da Cal foi convidado para ser um dos partícipes do Acordo Ortográfico de 1986, tanto por Portugal como por Brasil, e ele manifestou participar nos encontros na sua condição de galego e, portanto, lusófono, e desde 1986 presidiu à Comissão para a Integração da Galiza no Acordo Ortográfico (Como está na documentação entregue, diário da câmara). Gestões suas propiciaram a participação galega nas reuniões do Rio e de Lisboa de 1986 e 1990, respetivamente. Tenho a honra de estar acompanhado neste ato pelo professor Isaac Alonso Estraviz, Vice-Presidente da AGAL, um dos grandes lexicólogos da nossa língua e um dos membros galegos ativos nesses Encontros.

A Delegação de Observadores da Galiza colaborou ativamente na redação do texto acordado em 1990 e agora finalmente ratificado pelo governo português. Com a nossa presença nesta conferência internacional continuamos e reafirmamos a nossa pertença à lusofonia.

2. As Entidades Lusófonas Galegas, que de longo tempo vimos mantendo uma atividade de defesa, ilustração e dignificação do galego, entendido como a variedade da língua portuguesa utilizada na Galiza -o

português da Galiza- cientes da necessidade de reforçarmos a unidade da escrita, melhorarmos a coesão da comunidade linguística e a sua projeção internacional, manifestamos a nossa satisfação do Acordo Ortográfico de 1990, gostaríamos de falar da adesão da Galiza ao Acordo mas infelizmente nesta altura não é possível, por questões políticas que estão ao além da própria língua e das nossas vontades.

3. No caminho que a Galiza tem de percorrer para conseguir a inserção plena nas instituições internacionais, nomeadamente a CPLP e o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, os responsáveis políticos podem contar, hoje como ontem, com a nossa colaboração para favorecer um diálogo construtivo, e encaminhar da forma mais satisfatória esta questão ainda não resolvida. Julgamos que, atualmente, existem as condições suficientes para dar os primeiros passos neste sentido.

4. O nosso país faz parte essencial do território em que nasceu a língua portuguesa. A sua origem, a secular elaboração popular e a literatura galega contemporânea conferem à comunidade linguística da Galiza um espaço próprio e singular, cuja riqueza expressiva ainda não foi incorporada totalmente aos dicionários da língua comum.

5. Ao mesmo tempo chamamos a atenção para um maior reconhecimento da diversidade cultural e linguística em toda a extensão da lusofonia, dos diferentes sotaques, pronúncias e variedades nacionais e

regionais, que devem ter o seu espaço de difusão, sem pôr em questão a unidade da língua escrita.

6. O processo de normalização linguística da Galiza encontra-se numa encruzilhada histórica, cheia de dificuldades, mas também de oportunidades. As circunstâncias históricas criaram uma fronteira política no rio Minho, partindo em dous o território onde nasceu a língua e deu seus primeiros passos a nossa língua comum, e posteriormente fizeram com que esta perdesse a sua condição de língua administrativa e literária na Galiza, isolando-se durante séculos do tronco comum. Língua do povo, perdeu porém a sua condição de língua escrita. Já no século XIX, uma vanguarda de intelectuais e literatos liderados pela imortal Rosalia de Castro iniciou a dignificação da língua, retomando a sua escrita. Esta formidável geração de poetas românticos carecia, porém, duma formação linguística, e empreenderam a sua obra utilizando regras ortográficas improvisadas, amiúde, com decalcos do castelhano.

O percurso posterior do movimento de dignificação e normalização linguísticas na Galiza é o do progressivo caminho, nem sempre fácil, para a reintegração no tronco comum, liderada polos mais notáveis defensores da língua e cultura galegas, como Castelão, que afirmou no início do passado século “*A nossa língua floresce em Portugal*”. E em discussão com políticos espanhóis manifestou, “Eu só aspiro a que só aspiro a que se me confunda com um português”. Hoje, apesar do indiscutível avanço nessa direção, a

comunidade linguística desenvolve-se, ainda, em condições difíceis do ponto de vista legal e social.

Ante esta situação reclamamos o livre movimento de informação através da fronteira com o norte de Portugal, a recepção livre das rádios e televisões portuguesas na Galiza, a facilitação do acesso aos produtos culturais da lusofonia, e o definitivo reconhecimento do nosso direito ao emprego normal do galego, da língua portuguesa, é dizer do português da Galiza, a todos os níveis na Galiza.

Assinantes:

Associação Galega da Língua (AGAL) Associação de Amizade Galiza-Portugal (AAG-P), Associação Pró Academia Galega da Língua Portuguesa (também covidada), Associação Sócio-pedagógica Galaico-portuguesa (ASPG-P) Movimento Defesa da Língua (MDL).

Muito obrigado pola vossa atenção.